



MANIFESTO

SÓ HÁ DESENVOLVIMENTO SOCIAL SUSTENTÁVEL COM CRESCIMENTO ECONÓMICO AMBICIOSO

- julho de 2019 -

UM DIAGNÓSTICO RIGOROSO

Portugal encontra-se numa encruzilhada. Depois de ter vivido uma das maiores crises financeiras à escala mundial e após uma recuperação tímida, enfrenta riscos de uma desaceleração a nível europeu, que poderá ter sérias consequências sociais.

Estamos hoje apenas dois pontos percentuais acima da posição que ocupávamos em 2002, em relação ao PIB *per capita* da União Europeia – **cerca de duas décadas sem convergência e fraco crescimento colocam-nos agora numa situação próxima da cauda da Europa**. E a continuação desta tendência colocará Portugal em 2025 entre os quatro países mais pobres da União. Cerca de 50% da população em Portugal tem rendimentos (depois de impostos) equivalentes ou inferiores aos 10% mais pobres da Dinamarca. Praticamente não existe em Portugal classe média ao nível europeu. Tendemos para ser os mais pobres da Europa e os nossos políticos evitam esta questão.

Durante a última década sofremos uma crise bancária e económica das mais graves da nossa História e uma das mais pronunciadas a nível mundial. Os contribuintes foram chamados, através da dívida pública, a pagar cerca de 10% do PIB para as perdas da banca. E tanto os clientes como os acionistas dos bancos, quando estes forem obrigados a pagar ao Fundo de Resolução, pagarão pelo menos metade daquele montante, em resultado do despesismo dos governos e da má governação dos bancos. Mas a crise teve outras consequências profundas, como a emigração e a perda do controle dos bancos por acionistas portugueses, assim como de sectores estratégicos, tais como energia, telecomunicações e comunicação social, o que representa uma relevante perda de soberania nacional.

Uma das maiores preocupações dos portugueses tem sido a precariedade no emprego. Com razão. A taxa de desemprego alargada (que considera também o subemprego, tal como define a OIT) é ainda de cerca de 15%, enquanto que na Alemanha e em vários países do Leste Europeu é inferior a 8%. Esta taxa para os jovens supera os 35%, o que, aliado aos baixos salários e à situação contratual (cerca de 60% dos jovens só consegue emprego com contratos a prazo), os tem pressionado para a emigração. Foram a emigração e os empregos de baixos salários do turismo, alojamento e restauração os principais fatores que contribuíram para a queda da taxa de desemprego. Ora, isto não é a solução necessária que se pretende. O mercado de trabalho não é suficiente, nem eficaz, principalmente para os mais jovens, para

além das distorções entre trabalhadores públicos e trabalhadores privados, que não são nem justas nem eficazes.

Os portugueses têm abandonado o país em grande número. Em 2014, saíram 135 mil pessoas, valor só ultrapassado na década de 1970; e, em 2017, ainda saíram 81 mil. Esta intensidade leva à aceleração do endividamento e à saída de jovens talentos, formados em Portugal, essenciais para o crescimento do país. Esta emigração resulta da busca de melhores condições de vida.

O salário médio bruto em 2017 era inferior em 4% ao salário auferido em 2000, quando descontado da subida do custo de vida. Em razão da subida da pressão fiscal, a queda em termos líquidos é ainda maior. Durante duas décadas os trabalhadores não tiveram melhoria do nível de vida. **Não poderemos ambicionar mais?**

O problema é não só a baixa produtividade como a sua queda naquele período. O nível de produtividade relativamente à Alemanha em 2017 estava próximo do de 1995 – o trabalhador português produzia 56% do alemão – e o mais dramático é que, depois de ter crescido no início do programa de ajustamento (2011/12), está em declínio contínuo desde 2013. Em contraste, a Eslováquia subiu a sua produtividade do trabalho em 24,5 pontos percentuais até 60,2% do alemão em 2017, a Polónia subiu em 21 pontos percentuais, assim como os restantes países da Europa de Leste. Mesmo assim, o salário médio em Portugal é bastante mais alto do que a produtividade média quando comparado com estes países, onde os salários médios variam entre 498 € por mês na Bulgária e 1170 € na República Checa, contra 1418 € em Portugal.

É compreensível que os portugueses estejam insatisfeitos com esta situação e sejam cada vez maiores as reivindicações salariais, mas a subida da produtividade e o crescimento da economia são elementos essenciais para se conseguir subir os salários, sem comprometer a competitividade da economia.

São as políticas económicas erradas e a falta de melhoria na gestão das empresas e do Estado, que estão na origem deste problema. **Temos de ser mais ambiciosos, primeiro nas reformas que possibilitem a melhoria da produtividade** para que em simultâneo, com a criação desses empregos de alto valor, possamos, sim, ambicionar a devida e justa remuneração ao nível dos outros europeus.

Os portugueses estão também preocupados com a saúde, educação e qualidade dos serviços públicos. Embora tenhamos uma elevada esperança de vida à nascença, a saúde dos portugueses é muito precária sobretudo a partir dos 65 anos. E o Serviço Nacional de Saúde está altamente congestionado, com listas de espera para cirurgia a subir, um elevado número de cidadãos sem médico de família e cuidados continuados totalmente inapropriados para os Portugueses nesta fase do nosso desenvolvimento. Cerca de 2,3 milhões de portugueses optaram já pelos seguros privados. E o Estado reduziu drasticamente o apoio fiscal às despesas de saúde.

Continuamos a ter a população menos educada da União Europeia. Em 2017 a proporção de adultos que não tinha completado mais do que o ensino secundário era de 52%, enquanto que

os Estados-Membros da Europa de Leste têm todos percentagens inferiores a 16% e estando alguns em torno dos 8%. Apesar dos esforços feitos desde o 25 de abril, esta continua a ser a maior fraqueza do nosso país.

A carga dos impostos mais contribuições subiu de 36% em 1993 para 44,2% em 2017, atingindo um nível record. Mesmo depois do programa de ajustamento tem continuado a subir.

Tem havido enorme esforço de redução do nível de endividamento por parte das famílias e empresas, embora continue a um nível acima da média europeia e constitua um dos fatores de retração do consumo e do investimento. O problema da recapitalização das empresas continua a marcar a agenda, assim como a recuperação de centenas de empresas. A redução do crédito malparado dos bancos representa apenas uma transferência destes para fundos ou empresas especializadas. Enquanto não houver recuperação das empresas viáveis ou execução das falidas, não há efeitos económicos significativos.

Portugal foi o país com pior *performance* económica, excluindo a Grécia, depois da crise global, afastando-se cerca de 4 pontos percentuais da média europeia entre 2007 e 2019. Ao mesmo tempo, a Roménia e Lituânia ganharam 22 pontos e a Polónia, Malta, Letónia, Eslováquia, Estónia e Hungria aproximaram-se entre 20 e 11 pontos percentuais da média europeia.

Entre 2015 e 2018 fomos ultrapassados pela Eslováquia, Lituânia e Estónia no nível de rendimento *per capita*. **A continuação das políticas atuais irá colocar Portugal no grupo de países da cauda da União Europeia até 2025. Nesse ano, só a Bulgária terá um rendimento *per capita* claramente inferior ao nosso.** É isto que ambicionamos para o nosso País?

Pensando direito por linhas tortas, poderia acontecer que a combinação de uma nova recessão internacional com os elevados níveis de endividamento do nosso País, a estagnação dos rendimentos reais em duas décadas e a continuação das tensões sociais, fizessem finalmente os Portugueses reagir à letargia. Mas é mau caminhar pelo errado, quando podemos fazer diretamente escolhas virtuosas que nos poupem a mais crises e sacrifícios.

O modelo económico atual está esgotado. Para manter o excedente primário exigido pela redução do peso da dívida, os governos têm vindo a subir a carga fiscal dos portugueses para níveis record, ao mesmo tempo que, em simultâneo, o investimento público tem sido alvo de um corte significativo. A melhoria do défice orçamental nominal, apresentada como a maior conquista desde a instauração da democracia, foi conseguida com a redução dos juros, que são controlados pelo BCE, e pela recuperação, mesmo assim tímida, do programa de ajustamento, alimentada pelo *boom* turístico. A rotura com a cultura do défice permanente operada nos últimos anos é positiva e muito importante para o futuro, mas não apaga a **necessidade de uma reforma racional do Estado e do seu aparelho, nem pode suprimir o investimento indispensável ao crescimento e à satisfação das necessidades coletivas.** Gerou-se uma ideia de que a “austeridade foi ultrapassada” que tem vindo a alimentar expectativas de significativos

aumentos salariais, que a falta de crescimento económico impede de satisfazer, e a uma consequente elevada conflitualidade sindical.

É essencial uma **NOVA POLÍTICA ECONÓMICA PARA O CRESCIMENTO**, que compreenda uma estratégia com ambição e um conjunto de reformas socioeconómicas e políticas que permitam **revigorar a democracia e a economia**. O progresso e a extensão dos benefícios gerados pelo crescimento a toda a sociedade exigem também que **o funcionamento das instituições nacionais**, sejam elas públicas ou privadas, **assente solidamente nos mais elevados padrões de ética e transparência**.

*

* *

Neste momento em que acaba uma legislatura e os Portugueses se preparam para eleger um novo Parlamento e um novo Governo, **vimos alertar claramente todos os Portugueses para que o nosso nível de exigência e ambição tem de aumentar**. Tanto no diagnóstico, que vos propomos acima, como na análise do que os vários candidatos a parlamentares e governantes nos propõem. Neste período pré-eleitoral, é fundamental que esta reflexão seja feita.

UMA ANÁLISE À NOSSA AMBIÇÃO

No próximo mês de setembro, a SEDES e os subscritores deste Manifesto, propõem-se a contribuir para um Portugal mais desenvolvido, através da análise das propostas das diferentes candidaturas, seguindo como metodologia a ponderação destas questões:

1) **Não podemos continuar a tender para ser dos mais pobres da Europa**. Há uma estratégia ambiciosa de crescimento económico, devidamente fundamentada, que aumente o rendimento disponível (*per capita*) dos Portugueses para níveis compatíveis com os mais ricos da Europa (quartil mais elevado) na próxima década?

2) A **política fiscal** proposta é **claramente incentivadora da poupança e do investimento**, tanto para os Portugueses nas diferentes fases da sua vida familiar, como nas empresas que se baseiam em Portugal e criam empregos permanentes, de alto valor acrescentado, competitivos, de potencial exportador?

3) **Não podemos governar ao sabor de opiniões e interesses particulares**. Existe uma proposta de Política Orçamental que compreenda a permanente avaliação rigorosa da Despesa, dentro

de uma estratégia a médio prazo de valorização do essencial na Administração Pública e de corte do desperdício, para que a redução do défice orçamental não seja conseguida pelo aumento das receitas fiscais?

4) As **propostas de investimento do Estado, aos níveis central, regional e local**, estão **devidamente fundamentadas** em análises de custo-benefício rigorosas e completas, que sirvam os Portugueses e protejam equilibradamente a economia, o ambiente e as pessoas? Como iremos atrair mais investimento direto estrangeiro com elevado conteúdo tecnológico que insira o país nas cadeias de valor do futuro?

5) Existe uma proposta de **Política de Educação e Ensino que nos prepare para sermos éticos e competitivos a nível global**, preparando os nossos jovens para o mercado de trabalho e da inovação e diminuindo as diferenças que persistem e nos separam dos melhores da Europa?

6) Na **Saúde**, existem propostas para transformar os **cuidados primários acessíveis a toda a população sem demoras** e atrasos inaceitáveis, com uma **moderna e eficiente gestão do sistema de saúde como um todo** (incluindo hospitalar), que, sendo pública ou privada, é otimizada e controlada de uma forma transparente e clara para todos?

7) Na **Justiça**, existem propostas eficazes para a **redução do tempo de duração dos processos**, para **melhorar o combate ao crime económico e à corrupção**, dando meios humanos e materiais adequados e exigindo **mecanismos de controle que deem confiança aos Portugueses de que a independência da Justiça é apropriada?**

8) O nosso défice de produtividade é tão elevado e a sua resolução é tão essencial para a melhoria do rendimento dos Portugueses que o país precisa de propostas concretas de **qualificação da mão-de-obra, melhoria da cultura de trabalho responsável, da qualidade de gestão e inovação, a eliminação de bloqueios à eficiência e eficácia dos recursos disponíveis**. O que se propõe? Que medidas se propõem para que o país não se atrase na Quarta Revolução Industrial que está já a acontecer, com elevado conteúdo de automação, investigação e integração global?

9) O envelhecimento e diminuição da população exige **urgentemente medidas de incentivo à renovação das gerações** através de uma política demográfica coerente com o franco estímulo à natalidade e de atração e apoio a jovens casais de elevado potencial e talento. Quais são as propostas neste sentido?

10) Por último, mas não menos importante, quais são as **propostas concretas para melhorar a Qualidade da Democracia**, como modernizar o nosso sistema eleitoral, motivando e atraindo os cidadãos à forte participação eleitoral, porque passam a poder escolher mais diretamente os seus representantes, aproximando os Portugueses da decisão das questões públicas essenciais, atraindo os melhores jovens e os mais experientes e capazes para os cargos públicos?

SUBSCRITORES

Abel Mateus

Alexandre Patrício Gouveia

Álvaro Beleza

Carlos Alves

Gustavo M. Guimarães

João Duque

José Azevedo Pereira

José Ribeiro e Castro

Maria João Louro

Rui Paiva